

**ATA DA 40ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Ata da 40ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 24 de abril de 2015, à 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, a Senhora Defensora Pública Sandra Aparecida Dohler Ferreira, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF Conselheira Hellen Falcão, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas e o Senhor Coordenador Substituto da COSIST Doutor Túlio Vieira Lins Parca. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida tendo indicado para substituí-lo o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho e o Senhor Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação do MPDFT Doutor Luiz Augusto Araújo Becker; a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, tendo indicado para substituí-la a Senhora Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência Doutora Danielle Mayrink Sampaio Silva Moura; o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto Doutor Ricardo Faustini Baglioli do CEJUSC/Brasília e o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos, submetendo à apreciação dos membros do Comitê, o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 39ª Reunião do Comitê Gestor realizada em 17 de abril de 2015**: não havendo impugnação, declarou a ata aprovada. Em seguida, passou-se ao **segundo item da pauta: Jurisprudência**. Com a palavra, a Senhora Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência Doutora Danielle Mayrink informou que em 20/04 foi realizada uma reunião sobre a integração do PJe com a Jurisprudência. Na referida reunião, foi noticiado que embora o PJe esteja gerando acórdãos, os serviços do TJDFT que possuem a atribuição de coordenar, orientar e controlar as atividades relativas ao tratamento e à disseminação da jurisprudência desta Casa não foram consultados sobre a forma como se daria a disponibilização desses acórdãos. Também foi esclarecido que não houve a necessária integração entre o sistema da PesquisaJuris com o PJe, sendo que há noventa e quatro acórdãos do PJe em sua base de dados, sem a devida numeração sequencial da jurisprudência. Conforme foi destacado, foram aprovadas as seguintes soluções: 1. Até que haja a integração dos sistemas, a equipe do PJe juntamente com a SUJUD e SERSIT lançará



numeração sequencial única da jurisprudência do TJDFT aos acórdãos do PJE que estão prontos e que aguardam publicação, o que será feito no período noturno, para evitar duplicidade de registro. 2. Os acórdãos de processos que tramitam em segredo de justiça serão incluídos bloqueados na base de dados; 3. Será cedido um programador da equipe do PJE para concluir o sistema PesquisaJuris com a migração das rotinas do SISPL para o SISTJWEB. 4. O servidor Fernando Dutra será cedido para concluir a definição das regras dos sistemas. 5. Os servidores mencionados nos itens 3 e 4 trabalharão nas dependências da SERSIT com exclusividade ao projeto até a conclusão do trabalho. A ata da referida reunião foi entregue ao Presidente do Comitê Gestor para conhecimento, na íntegra, das medidas adotadas. Em seguida, passou-se ao **terceiro item da pauta: projeto piloto de acesso ao PJe, via login e senha**. O Senhor Secretário do PJe informou que a versão do sistema que permite o acesso via login e senha está disponível e que pretende fazer um projeto piloto com os conciliadores do CEJUSC, para os estagiários internos e no futuro, para as partes. Informou ainda que hoje a consulta pública não tem o inteiro teor. Com o acesso via login e senha poderão fazer um acesso completo e poderão prestar informações mais precisas. Na ocasião, a Senhora Defensora Pública Sandra Dohler solicitou que esse acesso seja disponibilizado também para a Defensoria Pública e o Senhor Secretário do PJe noticiou que fará os testes para disponibilizar para a Defensoria Pública e MPDFT. Na sequência, o Senhor Presidente do Comitê Gestor passou ao **quarto item da pauta: Infraestrutura: visita ao Fórum Desembargador José Manoel Coelho – Fórum de Ceilândia**. Na ocasião, o Doutor Declieux Dantas noticiou que temos apenas uma questão a ser resolvida quanto a sala de atendimento do PJe. Segundo informou, o espaço destinado naquele fórum é muito bom, mas é preciso instalar pontos de rede e, no momento, o Tribunal está sem contrato com o pessoal para instalação destes pontos de rede. Conforme esclareceu, o contrato com a empresa AERONET não pôde ser renovado pois a empresa estava com problemas na documentação e o contrato emergencial ainda está tramitando. Deste modo, se até a data próxima da implantação do PJe naquele fórum a situação não for resolvida, será necessário mudar a sala de atendimento para outra sala no primeiro andar, onde funciona uma sala de treinamento e já existem pontos de rede. Esta solução pode ser necessária pelo menos até que seja contratada outra empresa que forneça esse serviço ao Tribunal. O Senhor Secretário do PJe informou ainda que o Senhor Secretário-Geral do Tribunal está ciente deste fato. Às 13h45 o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor agradeceu a presença de todos e retirou-se para a sessão do Tribunal Pleno, passando a presidência desta reunião ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Flávio Fernando Almeida da Fonseca. Dando prosseguimento a reunião, passou-se ao **quinto item da pauta: Andamento da emissão dos certificados aos magistrados do Fórum de Ceilândia**. O Senhor Secretário do PJe informou que todos os magistrados e servidores já estão com a



certificação digital. Asseverou que não acontecerá o mesmo problema que ocorreu em Taguatinga. Na oportunidade, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública Sandra Dohler sugeriu que no Índice, conste uma lista de opções, além de “outros documentos e petição”. O Senhor Secretário do PJE informou que irá verificar a possibilidade de atender a solicitação. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF Alexandre Pereira questionou se é possível separar o que é citação do que é intimação. O Senhor Secretário do PJE sugeriu criar um filtro para separar, mas que precisa verificar se há essa possibilidade no sistema. Questionado sobre a previsão de data para implantação do sistema no segundo grau, o Doutor Declieux Dantas informou que ainda não temos uma data mas que deverá ocorrer ainda neste ano. Informou ainda, que o Tribunal de Justiça do Paraná irá instalar o sistema no segundo grau em agosto de 2015 e que poderemos fazer uma visita ao Paraná após essa implantação. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz Flávio Fernando agendou a 41ª Reunião para o dia 30 de abril de 2015, 5ª feira, às 13h30, em virtude do feriado no dia 1º de maio de 2015, sexta-feira. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, o Excelentíssimo Senhor Juiz Flávio Fernando encerrou a sessão às 14 horas. Não obstante, com a chegada da Conselheira Hellen Falcão, a sessão foi reiniciada, a pedido da representante da OAB/DF, que informou que no decorrer da semana houve problemas com o Google Chrome para acessar o PJe. O Senhor Secretário do PJe informou que não teve ciência deste fato e que a informação recebida é que a partir de setembro de 2015, o Google Chrome não usará mais o JAVA. Todavia, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ está trabalhando na solução dessa questão. A Nobre Conselheira da OAB/DF também noticiou que foi disponibilizado no site da OAB Federal, o livro online do PJe, que segundo informações, está sendo muito bem recebido e bem utilizado pelos advogados e usuários. A representante da OAB/DF questionou se o Tribunal já havia elaborado a portaria para a devolução do prazo relativo a indisponibilidades do site do TJDFT, como aquela ocorrida no dia 06/04 e o Senhor Secretário do PJE entregou uma cópia da minuta que foi elaborada e esta sendo apreciada pelo Desembargador Presidente do Tribunal. A referida minuta altera a redação do caput do artigo 9º da Portaria Conjunta n. 53/2014, que dispõe sobre o processo judicial eletrônico no âmbito do TJDFT. Quanto a indisponibilidade do site do Tribunal, nesse dia específico, foi adotada a orientação do Comitê para que o advogado que tenha se sentido prejudicado naquele dia, recorra ao juiz que irá decidir sobre o caso. Na oportunidade, a Conselheira Hellen Falcão solicitou que a divulgação da implantação do sistema PJE em Ceilândia comece pelo menos um mês antes da data marcada para implantação. Noticiou ainda, que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ escolheu o Tribunal de Justiça como representante das boas práticas do PJE e todos os presentes teceram elogios ao Senhor Secretário do PJE e a equipe da SEPJE pelo empenho e dedicação nesta tarefa árdua para a implantação do sistema. Na ocasião,



a Senhora Conselheira noticiou que o CNJ irá disponibilizar o Escritório Virtual para atender os advogados e que foi escolhida para testar esta página com o CNJ. Por fim, não havendo mais nenhuma colocação por parte dos membros presentes, o Excelentíssimo Senhor Juiz Flávio Fernando encerrou a sessão, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

Desembargador FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

FLAVIO FERNANDO DE ALMEIDA FONSECA

Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

ALEXANDRE MORAES PEREIRA

Procurador-Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do DF

SANDRA APARECIDA DOHLER FERREIRA

Defensora Pública da Defensoria Pública do DF

HELLEN FALCÃO

Conselheira da OAB/DF

MOACYR REY FILHO

Promotor de Justiça/Membro do MPDFT

LUIZ AUGUSTO ARAÚJO BECKER

Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI/MPDFT

DANIELLE MAYRINK SAMPAIO SILVA MOURA

Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência

DECLIEUX DIAS DANTAS

Secretário do Processo Judicial Eletrônico

TÚLIO VIEIRA LINS PARCA

Coordenador Substituto da COSIST